

DIAGNÓSTICO DA COMUNIDADE DE AGRICULTORES FAMILIARES DE AJÓ, CAMETÁ-PARÁ

Ana Caroline Neris Nogueira¹, Diego Corrêa Furtado², Aquiles Simões³, Denilma Santos Figueiredo⁴,
Joenes Antônio Guimarães Pereira⁵, Ellen Cristina Souza Pereira⁶

RESUMO – O diagnóstico foi fruto de um trabalho de pesquisa de campo elaborado por uma equipe interdisciplinar, através de estágio de vivência para coleta de dados referentes às dimensões social, ambiental e técnico-econômica da comunidade de Ajó, localizada no município de Cametá, conhecendo assim a realidade das famílias e identificando as potencialidades e, ainda, os desafios enfrentados por tais famílias. Diante disso, elaborou-se uma tipologia das famílias, baseada nas diferenças entre a forma de obtenção e geração de renda. De acordo com o levantamento, percebeu-se o aumento do número de famílias agricultoras que vêm desenvolvendo atividades não agrícolas como forma de melhorar suas condições de vida. Outro fator relevante é a quantidade de famílias que vivem basicamente da aposentadoria, mantendo suas propriedades através desta. Além disso, foram encontradas famílias que vivem da atividade agroextrativista, com destaque para o extrativismo do açaí e o cultivo da pimenta-do-reino.

Palavras-chave: Agricultores familiares, diagnóstico, renda, tipologia.

DIAGNOSIS OF THE COMMUNITY OF FAMILY FARMERS IN AJO, CAMETA- PARA

ABSTRACT – This diagnosis was the result of a field research performed by an interdisciplinary team, through stage experience, to collect data on social, environmental and technical-economic issues in the Ajo community, located in the city of Cameta, as an attempt to know the reality of families and identify the potentials and the challenges still faced by such families. Then, the families were grouped into three distinct categories based on differences in their obtaining and generating income methods. According to the survey, it was noticed the growth of farmers who have been developing non-agricultural activities in order to improve their living conditions. Another important factor is the representation of families living in retirement and that maintains its properties. In addition, some farmers still depend on their agricultural activities, such as extraction of açaí and the cultivation of black pepper, the most expressive ones.

Keywords: Family farmers, diagnosis, income, type

¹Engenheira Agrônoma, Mestranda em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável, UFPA/NCADR, bolsista CAPES; anacarolineris@hotmail.com.

²Biólogo, Mestrando em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável, UFPA/NCADR bolsista CAPES; dkhasinau@gmail.com.

³Engenheiro Agrônomo, Dr. em Ciências Sociais pela Universidade de Toulouse le Mirail, França. Docente-pesquisador do Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas da Universidade Federal do Pará; aquiles@ufpa.br.

⁴Historiadora, Mestranda em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável, UFPA/NCADR, bolsista CAPES; denilmafigueiredo@hotmail.com.

⁵Engenheiro Florestal, Mestrando em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável, UFPA/NCADR, bolsista CAPES; joenes_pereira@yahoo.com.br.

⁶Engenheira Agrônoma, Mestranda em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável, UFPA/NCADR; pereira.ellenacs@yahoo.com.br.



1. INTRODUÇÃO

A produção familiar extrativista do Baixo Tocantins, estado do Pará, foi se moldando nas últimas décadas, passando por transformações advindas de influências ou pressões externas, como dos grandes projetos instalados na região (UHE de Tucuruí, por exemplo); questões de mercado (preços do açaí e da pimenta-do-reino); oportunidades de acesso às linhas de crédito e assistência técnica vinculada, sobretudo, à recente criação de projetos de assentamentos agroextrativistas, entre outros fatores. Observa-se, nesse cenário de triunfos e restrições, que as populações rurais cultivam um modo de vida cujos traços permitem defini-las como sociedades camponesas, uma vez que mantêm sua base de reprodução social e econômica na natureza originária, ou seja, aquela “não moldada, formada como natureza para si” (Costa, 2001).

Tendo em vista as condições disponíveis do meio natural e socioeconômico, os agricultores dessa região têm se permitido, e por vezes até sido obrigados, experimentar algumas novidades em seus estabelecimentos, tais como o manejo dos açaiçais; a introdução de novos tipos de pequenas criações (como peixes e abelhas); o cultivo de espécies perenes, principalmente espécies frutíferas e de reflorestamento; a implantação de sistemas agroflorestais; o investimento em plantas medicinais. Da mesma forma, também têm sido observadas mudanças na forma de uso de determinadas práticas, como na manutenção da produtividade dos açaiçais, e introdução de outras práticas, como a extração do óleo de andiroba (*Carapa guianensis* A.), e a fabricação de artesanato doméstico a partir da coleta de espécies vegetais, além das inúmeras iniciativas de manejo das áreas de floresta e de produtos não madeireiros (tais como açaí e óleos vegetais), revitalização dos cultivos de pimenta-do-reino e valorização do cacau na zona das ilhas.

A sustentabilidade através do incentivo à diversificação das atividades produtivas e do incentivo a práticas alternativas de manejo e exploração do meio natural é hoje, aliás, um dos principais temas na agenda local de discussão sobre o desenvolvimento rural, e a partir dele outras discussões importantes têm ganhado espaço na região. O debate em torno do desenvolvimento territorial, das políticas de inclusão social e sobre a educação do campo é um exemplo disso, uma vez que aqueles envolvidos nessa discussão partem do princípio que o processo de transformação da dinâmica regional

passa por uma formação diferenciada voltada para a busca de alternativas para os problemas no campo.

Enfim, é dentro desse quadro em pleno movimento de mudanças e transformações que estão se estabelecendo as atuais formas de exploração dos recursos naturais. O reflexo dessas mudanças traduz os diferentes modos de vida dos agricultores nos diferentes ecossistemas – ilhas, várzea alta e baixa, terra firme e campos naturais – e nas zonas de agricultura periurbana, como é o caso da comunidade de Ajó.

As novas características do contexto regional vêm colocando outras perspectivas aos atores locais e produzindo uma maior diversidade social e ambiental na região. Daí a necessidade da realização de pesquisas visando repertoriar as experiências em curso, sistematizá-las e analisá-las como componente dessa diversidade agro-sócio-ambiental.

Nesse sentido, a Universidade Federal do Pará (UFPA) e a Associação Paraense de Apoio a Comunidades Carentes (APACC) conjugaram esforços para que fossem realizados diagnósticos em algumas comunidades rurais de Cametá, levando em conta a diversidade dos modos de vida, visando à implementação de ações de desenvolvimento. Ajó foi uma das comunidades escolhidas como representativa das zonas de agricultura periurbana.

Esse artigo objetiva contribuir na compreensão da diversidade dos modos de vida dos agricultores em zonas de agricultura periurbana, tomando a comunidade de Ajó, situada no município de Cametá, como objeto de análise. Para o alcance desse objetivo fez-se necessária a combinação de elementos de duas metodologias: Diagnóstico Rural Participativo (DRP) e Análise e Diagnóstico de Sistemas Agrários. Essa combinação permitiu a caracterização da comunidade, apoiada em técnicas como entrevista com informantes-chaves, entrevistas semiestruturadas e observação participante, e o estudo dos sistemas de produção praticados pelas famílias, lançando-se mão do uso da tipologia como ferramenta de identificação da diversidade.

Assim, este trabalho está composto de três seções. Na primeira seção descrevemos a metodologia empregada. Nas seções seguintes, segunda e terceira, são apresentados os resultados e as discussões da pesquisa. Na segunda seção é feita uma breve caracterização da região do Baixo Tocantins, do município de Cametá e da comunidade de Ajó. Na terceira seção é apresentada a tipologia dos



agricultores. Por último, com base nas seções de resultados e discussão, são apresentadas as conclusões.

2. METODOLOGIA

Buscou-se contemplar três dimensões de análise, para possibilitar a compreensão da complexidade da comunidade de Ajó: social, ambiental e técnico-econômica. Em função do objetivo proposto foram privilegiados dois níveis de apreensão da realidade: i) a unidade de produção familiar e ii) a comunidade de Ajó, com ênfase em seus elementos estruturantes;

A pesquisa teve o seguinte percurso metodológico:

i) Pesquisa de campo - realizada durante o estágio de vivência ofertado pelo Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável (MAFDS), do Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural (NCADR) da Universidade Federal do Pará, no âmbito das disciplinas Intervenção do Desenvolvimento no Espaço Rural e Teoria e Prática do Conhecimento. Com base em informações preliminares fornecidas pela APACC foram definidos os instrumentos de coleta de dados necessários à condução do diagnóstico e realizados pré-testes entre os pesquisadores envolvidos para avaliação e calibragem metodológica dos mesmos respeitando o critério de “pertinência local”.

A pesquisa de campo foi realizada no período de 8 a 14 de maio de 2010, na comunidade de Ajó, localizada a 20 km do centro urbano de Cametá. Durante esse período, foi possível manter contato direto com os moradores e, através desse contato, foram realizadas as etapas necessárias à construção do diagnóstico. A observação participante e o caderno de campo foram úteis ao aprofundamento das questões percebidas ao longo das entrevistas informais e questionários aplicados durante o levantamento em campo, sendo importante o registro fotográfico e a consulta de literatura especializada acerca dos assuntos e temas levantados.

ii) DRP como ferramenta metodológica - segundo Verdejo (2006), o Diagnóstico Rural Participativo (DRP) é uma metodologia especificamente elaborada para intervenção. Sua metodologia é composta por uma conjugação de métodos e técnicas de intervenção participativa, que possibilita a obtenção de informações qualitativas e quantitativas em curto espaço de tempo. Constitui um instrumento metodológico de identificação de problemas, suas causas e possíveis soluções a partir da interação dialógica entre os atores sociais.

Dentre os recursos metodológicos que podem ser mobilizados no DRP, fez-se uso dos seguintes:

a) Entrevistas - aplicação de questionário semiestruturado contendo perguntas abertas, fechadas e de reforço, direcionadas à compreensão do nível social (composição e estrutura familiar, nível de organização), ambiental (situação da terra, recursos naturais disponíveis, cultivos agrícolas, criação animal) e técnico-econômico (produtividade, mão-de-obra disponível e trabalho empregado, composição da renda agrícola e não agrícola). Foram realizadas entrevistas com 35 famílias residentes na comunidade, representando a diversidade das situações encontradas.

b) Entrevista com informante-chave, realizada junto ao presidente da Associação de Moradores Agroextrativistas de Ajó (AMA).

iii) Para melhor caracterização dos agricultores da comunidade, realizou-se uma tipologia, que é uma ferramenta da metodologia de Análise e Diagnóstico de Sistemas Agrários (FAO, 1999, DUFUMIER, 2010), com a finalidade de agregar aquelas características, em nível dos sistemas de produção, que melhor representam os grupos de famílias encontradas. A partir dessa prévia leitura, foi possível expor as condições que definem tais famílias e apresentá-las de forma a contemplar o objetivo proposto no estudo, ou seja, demonstrar a diversidade dos modos de vida das famílias.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Breve descrição do contexto regional e local

O Pará é o segundo estado brasileiro em extensão territorial. Há áreas de colonização mais recentes, como o sudeste, e áreas de colonização mais antiga, como a Bragantina e o Baixo Tocantins, ambas na mesorregião Nordeste (ALMEIDA, 2010). A microrregião do Baixo Tocantins abrange uma área de 36.024,20 Km² e possui 11 municípios: Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia. Destes, apenas Moju e Oeiras do Pará não são banhados pelo rio Tocantins e sim pelos rios Moju e Pará (COSTA, 2006).

O município de Cametá se caracteriza pelos resquícios de uma colonização europeia, ainda encontrando-se traços de tal período na arquitetura da cidade e no modo de falar. Marcada pela implantação de grandes projetos, como a construção da barragem de Tucuruí, que afetou

diretamente a disponibilidade dos recursos hídricos e de pescado, e pelos ciclos econômicos, como da borracha, cacau (*Theobroma cacao*) e pimenta-do-reino (*Piper nigrum* L.), a região tem uma economia baseada, basicamente, na produção agrícola e no extrativismo.

Cametá apresenta áreas de terra firme, de ilhas (mais de cem ilhas), de várzea e de campos naturais. As áreas de terra firme desflorestadas são ocupadas pela agricultura de corte e queima, com cultivos de mandioca (*Manihot sculenta* Crantz.), principal produto dessa região, pimenta-do-reino (*Piper nigrum* L.), extrativismo de açaí (*Euterpe oleracea* Mart.) e pescado. Nas ilhas, os agricultores estabelecem relações mercantis e sociais com a área urbana, para onde escoam a produção artesanal, agrícola e extrativa, e de onde adquirem produtos industrializados. De modo geral, as atividades artesanais, agrícolas e extrativas respondem por 60% da economia regional, embora a relevância econômica das espécies que compõem essa renda – como o açaí (*Euterpe oleracea* Mart.), o buriti (*Mauritia flexuosa*, Mart.) e a andiroba (*Carapa guianensis* Aubl.) – ainda não tenha sido muito bem caracterizada (Costa, 2006).

Os terrenos que formam a comunidade de Ajó tiveram sua origem mais recente a partir de duas outras propriedades. A primeira porção fazia parte de uma área pertencente a um padre membro da Igreja Católica, enquanto a segunda porção pertencia a uma família antiga daquela localidade. Algumas famílias vieram de comunidades vizinhas e se instalaram no auge do período da pimenta-do-reino. Elas trabalharam na propriedade do padre por alguns anos e receberam parte da propriedade como doação.

Após a morte do padre, a área que não havia sido doada passou à propriedade da Igreja Católica, que dividiu os terrenos em partes de frentes iguais e os doou – em forma de posse, sem documentação apropriada – a algumas famílias vindas de outras comunidades, da cidade e àquelas formadas pelos filhos dos moradores mais antigos.

Quanto à outra porção, pertencente à família mais antiga, foi dividida entre os filhos e novamente dividida entre os netos. Assim, neste caso, foram obtidas informações até a terceira geração, incluindo a atual. Os terrenos hoje possuem um documento expedido pela prefeitura do município de Cametá, chamado de “Alvará de Doação”.

Desde então, após esta fase de obtenção da terra descrita acima, iniciou-se outra, que se passa basicamente

através de duas formas de relação. Uma delas diz respeito à prática de dividir a terra do casal em diferentes terrenos, distribuídos entre os filhos, sem a oficialização da partilha pelas vias legais. Essas relações demonstram e reforçam a obtenção da terra entre os próprios parentes e a formação de novos núcleos familiares, dividindo a mesma área e muitas vezes, como observado em Ajó, mantendo relações de trabalho e divisão da produção entre tais famílias (a segunda relação), participando seus membros dos processos produtivos, garantindo, então, a sobrevivência das famílias e a manutenção da propriedade. Tais práticas corroboram as regras de herança e de divisão social do trabalho familiar no seio das sociedades tipicamente camponesas discutidas em Chayanov (1966), Shalins (1978), Heredia (1979), Woortmann (2001), entre outros.

Além dos processos históricos relativos à comunidade, também é necessário que sejam tecidos comentários acerca das condições de acesso e infraestrutura da localidade. A comunidade de Ajó encontra-se localizada ao longo da estrada do Ajó ou Vacaria (em péssimo estado de conservação), onde, de um lado, existe uma formação vegetal em conformidade com os igarapés que ali existem, com predominância de açaiçais, e, do outro lado da estrada, predominam os cultivos das roças e, mais adiante, os resquícios de mata alta, caracterizando o fim das propriedades desta comunidade.

Sobre as condições de acesso, percebeu-se expressivo contraste, pois, apesar da proximidade com o centro urbano, as vias de condução se encontram em situação precária e na época chuvosa tal situação tende a se agravar, impossibilitando o tráfego das pessoas, como as crianças que estudam na cidade e ainda mais para aqueles produtores que escoam sua produção para a cidade, principalmente para a feira. Este é um caso que merece mais atenção por parte do poder público municipal, pois existem casos de pessoas doentes que não recebem atendimento médico por falta de condições de tráfego na estrada que liga a comunidade à cidade.

Sobre sua infraestrutura, a comunidade possui um barracão de madeira para as reuniões da associação e outros momentos de sociabilidade, uma escola de ensino fundamental, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Amélia Marques, fundada em 1998, mas que só em dezembro de 2008 recebeu infraestrutura com a construção do prédio para as salas de aula, e conta atualmente com 168 alunos matriculados; e duas igrejas, uma Católica e uma Evangélica (Assembleia de Deus). Existe atualmente a presença da atuação da



Associação de Moradores Agroextrativistas de Ajó (AMA) e do Grupo de Mulheres que juntos vem fortalecendo e criando condições para o beneficiamento da produção de seus associados e para a comercialização. Através da AMA e da Igreja Católica, as quais utilizam o mesmo espaço físico e, principalmente, tem as mesmas pessoas à frente das atividades, a comunidade teve contato com a APACC e, juntas, as três organizações e seus membros mantêm relações diversas e atividades com o intuito de promoverem desenvolvimento através do agroextrativismo e da promoção dos princípios e técnicas da agroecologia na comunidade. Do total de entrevistados, 69% possuem algum vínculo seja com a AMA, Grupo de Mulheres ou do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cametá.

Tipologia dos agricultores

As famílias de agricultores da comunidade de Ajó foram agrupadas a partir das características que melhor as representam, sob o ponto de vista da renda obtida, seja através de suas atividades agropecuárias, apoio governamental ou de atividades anexas (aqui consideradas aquelas que englobam o assalariamento, renda de estabelecimentos comerciais, entre outros).

Os agricultores foram assim tipificados:

i) Tipo 1 - Agricultores com maior renda oriunda da aposentadoria

ii) Tipo 2 - Agricultores com maior renda oriunda do agroextrativismo

iii) Tipo 3 - Agricultores com maior renda oriunda de atividades anexas

A seguir, será demonstrado como são definidos os tipos apresentados, analisando suas características e condições sociais, ambientais e econômicas.

TIPO 1 - Agricultores com maior renda oriunda da aposentadoria

Na comunidade de Ajó, a renda oriunda da aposentadoria é a de maior importância para algumas famílias, constituindo-se como segunda principal entrada de capital na comunidade. Esta grande participação da aposentadoria na renda familiar rural deve-se a um aumento da proporção de pessoas com mais de 65 anos. É importante ressaltar que esse aumento da população idosa no meio rural tem apontando para uma nova dinâmica no meio rural, caracterizada pela mudança das atividades agrícolas e dos projetos das famílias.

Nesse tipo, a aposentadoria corresponde a 80% da composição da renda familiar com uma média anual de R\$ 11.127,27/família, sendo que em alguns casos há o recebimento de duas pensões (casal). Assim, nenhuma das famílias vive exclusivamente da aposentadoria, sendo a renda familiar complementada pela venda de animais ou frutas.

As famílias que têm a aposentadoria como a principal renda são 11 das 35 famílias entrevistadas, sendo a maior parte (91%) oriunda da própria comunidade, o que demonstra que seus membros participaram de todo o processo de ocupação e evolução da área. Os membros que compõem essas famílias são, em sua maioria, adultos (de 19 a 59 anos) e idosos (acima de 65 anos). Nesse tipo é comum encontrar apenas o casal de aposentados residindo no estabelecimento, tendo seus filhos constituído outros núcleos familiares.

Outro aspecto importante de se considerar é a taxa de obtenção da terra, representada pelo acesso através de herança (17%) e ainda por compra, seja de parentes ou de terceiros. Esse fator demonstra que, apesar da existência de pessoas que tenham comprado suas áreas, a maior parte teve sua origem na própria comunidade, em um período de ocupação anterior à formação da comunidade reconhecida como tal.

Quanto ao sistema de produção dessas famílias, a mandioca está bem presente, sendo o autoconsumo o destino principal da produção. Nesse beneficiamento (transformação da farinha em 54% das famílias), a participação dos filhos é importante no processo, fornecendo mão-de-obra para a atividade. A composição dos sistemas agrofloretais teve sua implantação mais antiga e com áreas de cultivos nativos consorciados com outros cultivos. Apenas uma das famílias realiza o extrativismo do açaí, para as demais famílias que possuem áreas de açaizal, a exploração seja pelo do distanciamento ou falta de mão-de-obra não é realizada.

Um fato que chama atenção é a presença de gado em estabelecimentos de agricultores cuja principal fonte de renda é a aposentadoria. Na comunidade estudada, foram encontradas seis cabeças de gado, o que representa 100% do total presente na comunidade, e que estão distribuídas em duas propriedades, uma com animal exclusivamente para serviço, apenas um animal, e duas com animais para venda (cinco animais). A compra desses animais foi realizada com a renda da própria aposentadoria das famílias, o que reforça a manutenção dos

estabelecimentos e das atividades agropecuárias com o apoio dessa renda no financiamento e investimento nas atividades da propriedade. Esses investimentos possibilitam às famílias obter meios de garantir sua permanência no campo e de manter as atividades produtivas de seus estabelecimentos agrícolas, assim como apontado por Caldas *et al.* (2007).

TIPO 2 - Agricultores com maior renda oriunda do agroextrativismo

Esta categoria abrange as famílias que apresentam, na sua composição da renda familiar, uma participação mais significativa da renda oriunda da atividade agroextrativista. Para o melhor entendimento da composição deste tipo, devemos compreender, enquanto atividades agroextrativistas, aquelas atividades realizadas por agricultores familiares que envolvam os cultivos, a criação de animais, o extrativismo e a transformação de produtos oriundos daquelas atividades.

De uma amostragem de 35 famílias, nove apresentaram, em relação à renda anual total, uma composição formada principalmente pelo somatório de rendas advindas do agroextrativismo.

Nas famílias que compõem esse tipo, 84% da renda familiar é advinda das atividades agroextrativistas, além de corresponder a um valor médio de R\$ 7.250,98/família, destacando ainda que do total de famílias incluídas nesse tipo, três vivem exclusivamente da renda do agroextrativismo.

Sistema de cultivo, extrativista e de criação

A Tabela 1 demonstra os cultivos apontados pelos entrevistados, como atividades realizadas em suas propriedades. Verificou-se que a mandioca (*Manihot*

Sculenta), os sistemas agroflorestais e, principalmente, o cultivo de hortaliças são atividades que estão presentes na maior parte das propriedades. Acredita-se que a proximidade com a área urbana possibilita a opção de cultivo de hortaliças, as quais são transportadas diariamente à feira da cidade e vendidas aos feirantes, que assumem o papel de intermediários, repassando os produtos agrícolas aos consumidores.

Quanto ao extrativismo, as famílias do tipo agroextrativista, assim como a maioria das que realizam esta atividade em Ajó, têm a coleta do ouriço da castanha-do-Brasil (*Bertholletia excelsa*) como principal atividade, seguida pela coleta do tucumã (*Astrocaryum aculeatum*) (Tabela 2). A caça, em termos estatísticos, aparece com significância neste tipo, porém ela não é praticada pela maioria dos moradores de Ajó.

Em relação aos animais, a galinha caipira é o animal criado na maioria das propriedades e em maior número de bicos, sendo 446 no total. Os outros dois animais com maior representatividade para o subsistema de criação são os suínos e o pato (Tabela 3).

Outro componente dos sistemas de produção de importância para as famílias é o quintal florestal ou sítio. Dele as famílias retiram os produtos que irão complementar a alimentação, sendo estes partilhados com vizinhos e parentes. Neste tipo de famílias, verificou-se uma grande diversidade de espécies, sendo o açaí a de maior quantidade, com um total de 2270 touceiras e média de 324 por propriedade (Tabela 4).

TIPO 3 - Agricultores com maior renda oriunda de atividades anexas

Nesse tipo, a renda com atividades anexas corresponde em média a 69% do total da renda familiar com um valor

Tabela 1 - Cultivos das propriedades do tipo agroextrativista no ano de 2009

Cultivo	Nº de Propriedades	Trabalham	Produção total	Destinação	Valor
Mandioca	3	H, HM	+ de 6000 Kg	Consumo e venda	NI
Horta	7	HM, H, C	91800 maços	Consumo e venda	Maço= R\$ 0,75
Milho	1	H	NI	Consumo	NI
Feijão caupi	2	H	NI	Consumo e venda	NI
SAFs (destaque para açaí e pimenta)	3	H	NI	Consumo e venda (atravessador)	NI
Cacau	1	HM	100 Kg	Consumo e venda (atravessador)	Kg = R\$ 5,70
Pupunha	1	HM	100 Kg	Venda (atravessador)	Kg=R\$ 2
Pimenta do reino	2	H	1000 kg	Venda (atravessador)	Kg=R\$3,46
Melancia	1	H	200 Kg	Venda(atravessador)	Kg = R\$ 1

Legenda: H= homens; HM= homens e mulheres; C= crianças; NI= não informado.
Fonte: Pesquisa de campo (2010).



Tabela 2 - Produtos coletados e produção em 2009

Produto	Nº de propriedades	Produção anual (Kg)
Cacau	1	50
Castanha	2	620
Tucumã	1	200
Caça	2	100 ou +

Fonte: Pesquisa de campo (2010).

Tabela 3 - Cabeças de animais de famílias agroextrativistas

Animal	Nº de Propriedades	Cabeças
Galinha	9	446
Pato	4	19
Suíno	5	13

Fonte: Pesquisa de campo (2010).

Tabela 4 - Espécies encontradas nos quintais das famílias do tipo agroextrativista

Espécie	Propriedades onde são encontradas (P)	Quantidade bruta (QB)(nº de pés)	Quantidade relativa (média QB/P)
Abacate	7	250	3,5
Abacaxi	1	5	5
Açaí	7	2270	324,28
Acerola	9	158	17,5
Andiroba	1	4	4
Bacuri	5	30	6
Banana	2	60	30
Biribá	3	9	3
Cacau	3	800	266,6
Café	3	1630	143,3
Caju	6	54	9
Castanha	1	2	2
Cedro	1	4	4
Coco	9	47	5,2
Cupuaçu	8	136	17
Goiaba	6	23	3,8
Graviola	7	25	3,5
Inajá	2	18	9
Ingá	1	50	50
Jussara	1	2	2
Laranja	9	35	3,8
Limão	7	111	15,85
Mamão	1	1	1
Manga	2	48	24
Maracujá	1	6	6
Muruci	5	27	5,4
Piquiá	4	261	65,25
Pupunha	7	772	110,25
Tangerina	1	2	2
Taperebá	2	59	19,9
Urucum	1	6	6

Fonte: Pesquisa de campo (2010).

anual de R\$ 11.598,75/família baseado no rendimento dos empreendimentos rurais, bem como do assalariamento daqueles que possuem emprego fora da comunidade (em geral, servidores públicos), havendo apenas uma família que vive exclusivamente dessas atividades e não realiza nenhum tipo de atividade agropecuária.

Foram observadas, ao longo da pesquisa de campo, atividades não agrícolas como é o caso do comércio (mercadinho), bares, turismo rural, aluguel de campo de futebol, dentre outros. A instalação desses empreendimentos está relacionada com a proximidade da comunidade com o centro urbano de Cametá, o que possibilita o fluxo de pessoas da cidade. Esses empreendimentos acabam tornando-se pontos de

encontro e de lazer para muitas famílias de comunidades vizinhas e da cidade. As famílias que possuem estes estabelecimentos também realizam atividades agrícolas, como o cultivo de espécies frutíferas, hortaliças, criação de animais e beneficiamento de produtos como a farinha e a polpa do açaí. Esse processo, conhecido como pluriatividade, é descrito como a utilização de práticas e atividades não advindas da agricultura no meio rural.

Muitas das atividades hoje consideradas como novas dentro do meio rural são na verdade atividades antigas utilizadas pela família rural, que antes não tinham um caráter econômico, e hoje tornaram-se economicamente importantes. Atividades como a piscicultura, horticultura, floricultura, fruticultura de mesa, criação de pequenos animais, fabricação de conservas, pesque-pagues, entre outras, acabaram se transformando em importantes alternativas de emprego e renda no meio rural nos anos mais recentes (Graziano da Silva, 1999).

Para Wanderley (1999), o trabalho extra-agrícola é entendido, na maioria dos casos, como uma necessidade estrutural, podendo garantir, com a renda obtida, uma fonte de reprodução tanto para a família, como para o próprio estabelecimento familiar. Além das atividades anexas, podemos encontrar também o trabalho assalariado de alguns membros, que mantêm vínculo empregatício fora dos limites de suas propriedades, principalmente na cidade e que, com essa renda, têm permitido a reprodução da família e a manutenção das atividades do estabelecimento familiar.

A metade dos chefes destas famílias é nascida na própria comunidade, e a outra metade é composta por imigrantes vindos de outras localidades do estado do Pará. Além dessa característica, percebe-se que o investimento em atividades agrícolas foi reduzido em decorrência do investimento da mão-de-obra para outras atividades.

Dos cultivos produzidos por este grupo, a mandioca está presente em 33% das famílias e a produção da farinha é feita em todos os estabelecimentos, mesmo que para o próprio consumo dos membros, ou seja, em menor quantidade. Além da mandioca, a implantação dos sistemas agroflorestais (SAFs) vem ocupando um lugar de destaque na paisagem dos estabelecimentos, seguida pela implantação de canteiros de hortas, que correspondem a 16,6% dos estabelecimentos. A finalidade da produção obtida dos cultivos e das criações, especialmente galinhas e patos, está em grande parte relacionada ao fornecimento de produtos e satisfação das necessidades dos membros das famílias.

Quanto às atividades desenvolvidas, destacam-se, pela efetiva geração de renda, os estabelecimentos comerciais (41%), seguidos do assalariamento (funcionalismo público) e da venda de mão-de-obra, que é temporária (para serviços pontuais, como corte de madeira, utilização de motosserra e diárias em época de plantio), representando 58% das famílias.

4. CONCLUSÕES

A comunidade de Ajó apresenta algumas peculiaridades por estar localizada próxima ao centro urbano de Cametá, propiciando facilidades aos moradores, como o escoamento da produção para a cidade. Além dessas atividades, vêm se desenvolvendo na comunidade os empreendimentos comerciais. É importante frisar que a intenção dos moradores não é transformar a comunidade em zona urbana, mas sim conservar os estabelecimentos agrícolas, melhorando as condições de vida das famílias.

Ajó, enquanto zona de agricultura periurbana, tem demonstrado potencialidades para o desenvolvimento e a oferta de serviços, uma vez que a presença de moradores da cidade é constante, assim como a procura por produtos e serviços na comunidade.

De acordo com os tipos apresentados, pode-se perceber a expressividade da renda oriunda através de atividades não agrícolas e ainda da aposentadoria. A participação das atividades agroextrativistas também é de suma importância para algumas famílias que vivem exclusivamente dessa renda. Nesses casos, pode-se perceber que mesmo associadas a outros rendimentos, as atividades têm propiciado melhores condições para as famílias, a proximidade com o centro urbano facilita o escoamento da produção, e o engajamento de seus membros nas associações permite o desenvolvimento de novas práticas e o aumento de possibilidades, tais como investimentos governamentais (crédito rural).

Por ser uma comunidade de ocupação antiga, a presença de idosos é bem representativa, por este fato a aposentadoria se revelou uma importante fonte de renda e desta são retirados os investimentos necessários para manter seus estabelecimentos. Quanto às atividades não agrícolas, percebeu-se que tem crescido a demanda e a oferta de serviços tanto para a prestação de mão-de-obra (fora e dentro da comunidade) quanto para a implantação de empreendimentos rurais, estes últimos visando à venda de produtos e também de serviços



de entretenimento (passeios, hospedagem, campo de futebol, entre outros). Para o tipo que usufrui da renda agroextrativista, é possível observar o investimento em cultivos como do açaí (*Euterpe oleracea*) e das hortaliças, além da diversificação de atividades (SAFs, criação de animais, transformação, entre outros). O interesse em frutíferas regionais tem crescido à medida que o mercado consumidor tem se expandido, por isso a venda dos frutos in natura ou ainda em polpa, que são bastante aceitos e possuem um bom preço de mercado e possibilidade de venda durante todo o ano.

Esse estudo permitiu a obtenção de pistas interessantes visando futuras pesquisas. Temas como o futuro dos jovens considerando as regras de herança e ocupação do espaço frente às lógicas orientadas para a multifuncionalidade da agricultura familiar, a análise das estratégias visando à sustentabilidade agroecológica do meio ante processos de intensificação da agricultura (cultivo de hortaliças, maior intensidade de uso do solo, densidade demográfica, etc.), as pressões que podem vir a ser exercidas do “exterior” no sentido de reconfiguração desse espaço rural, a manutenção da agrobiodiversidade, são sem dúvida relevantes para a análise acerca do futuro dessas zonas de agricultura periurbana.

Dado o tempo dedicado à pesquisa de campo, não foi possível o tratamento e aprofundamento dessas temáticas. A metodologia DRP empregada permitiu construir um retrato em um determinado tempo, útil à elaboração de ações concretas de desenvolvimento. Porém, outros aspectos como a evolução dos sistemas de produção e da própria comunidade (meio biofísico e sócioeconômico), análise de tendências, etc. não foram possíveis de ser tratados. Esse é um dos limites desse trabalho, considerando que a região vive um cenário de mudanças recentes, conforme apresentado na introdução, que certamente influenciarão na configuração da comunidade de Ajó e nas estratégias de reprodução social e econômica das famílias.

5. LITERATURA CITADA

- ALMEIDA, R. Amazônia, Pará e o mundo das águas do Baixo Tocantins. In: **Estudos Avançados**, São Paulo, v.24, n.68, 2010.
- CALDAS, N.V.; ANJOS, F.S.; BEZERRA, A.J.A. ¿Envejeciendo em la pobreza? Universalización de los derechos sociales en la agricultura familiar del sur de Brasil. **Revista de Ciencias Sociales de la Universidad Autónoma de Nuevo Leon**, v.5, p.78-88, 2007.
- COSTA, F.A. Desenvolvimento sustentável na Amazônia: o papel estratégico do campesinato. In: Viana, Gilney, et al. **O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil**. São Paulo. Ed. Fundação Perseu Abramo, 2001.
- COSTA, G.S. **Desenvolvimento rural sustentável no paradigma da agroecologia**. Belém: Naea/UFGPA, 2006.
- CHAYANOV, Alexander V. **The Theory of Peasant Economy**. The American Economic Association, Homewood-Illinois, 1966.
- DUFUMIER, M. **Projetos de desenvolvimento agrícola: Manual para especialistas**. Salvador: EDUFBA, 2010. 326p.
- FAO. **Guia metodológico: Análise diagnóstica de Sistemas Agrários**. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, 1999.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. Campinas: UNICAMP, 1996.
- HEREDIA, B.M.A. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil**. Paz e terra. Rio de Janeiro. 1979, 164p.
- SAHLINS, M. **Stone Age Economics**. Tavistock Publications, London, 1978.
- VERDEJO, M.E. **Diagnóstico Rural Participativo: Um guia prático**. Revisão e Adaptação: Décio Cotrim e Ladjane Ramos, Secretaria da Agricultura Familiar, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Gráfica da ASCAR – EMATER-RS. 2006. 62p.
- WANDERLEY, M.N.B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J.C. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 1999. p.23-56.
- WOORTMANN, K. **O modo de produção doméstico em duas perspectivas: Chayanov e Sahlins**. Brasília, Universidade de Brasília, p.1-28 (Série Antropologia, 293), 2001.